

Escola Básica e Secundária D.^a Lucinda Andrade

PROJETO EDUCATIVO DE ESCOLA 2018-2022



"A educação e o ensino são as mais poderosas armas que podes usar para mudar o mundo."
Nelson Mandela

Índice

Índice de Ilustrações.....	ii
Índice de Tabelas.....	ii
Abreviaturas/Siglas.....	iii
Introdução.....	4
Metodologia.....	5
Princípios e valores orientadores do Projeto Educativo de Escola.....	6
História da Escola.....	8
Hino da Escola.....	9
Caracterização do meio envolvente.....	9
Caracterização da escola.....	11
Linhas de atuação.....	13
Matriz Curricular.....	13
Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.....	17
Funcionamento/Planeamento.....	17
Inclusão.....	18
Aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados.....	21
Áreas de Intervenção.....	22
Pontos fortes e fragilidades.....	22
Áreas a privilegiar.....	25
Avaliação do Projeto Educativo.....	36
Considerações Finais.....	38
Aprovação e Divulgação.....	38
Homologação.....	39
Bibliografia.....	40

Índice de Ilustrações

Ilustração 1-Visão, Missão e Valores.....	6
---	---

Índice de Tabelas

Tabela 1-População Residente no Concelho de São Vicente, nos anos 2011 e 2016.....	9
Tabela 2-Densidade Populacional.....	10
Tabela 3-Índice de envelhecimento no concelho de São Vicente e no Funchal.....	10
Tabela 4-População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos de 2001 e 2011: Total e por sexo.....	10
Tabela 5-Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário por nível de ensino.....	11
Tabela 6-Oferta formativa e n.º de turmas segundo o ciclo de ensino.....	11
Tabela 7- Matriz curricular e carga horária atribuída ao 2º ciclo.....	14
Tabela 8-Matriz curricular e carga horária atribuída ao 3º ciclo.....	15

Tabela 9 -Matriz curricular a carga horária atribuída ao ensino secundário	16
Tabela 10-Retenções no 3º ciclo nos anos letivos de 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018 ..	18
Tabela 11-Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.....	23
Tabela 12- Objetivos e Metas do Projeto Educativo de Escola	26
Tabela 13- Exemplo de tabela da avaliação do PEE	37
Tabela 14- Avaliação do PEE.....	37

Abreviaturas/Siglas

PEE - Projeto Educativo de Escola

EE- Encarregado de Educação

D.T. – Diretor de Turma

N.º-Número

Hab. -Habitante

FPS- Formação Pessoal e Social

CEF - Curso de Educação e Formação

PCA – Percurso Curricular Alternativo

POT – Programa Operação Trabalho

RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados

Introdução

O regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos da Região Autónoma da Madeira foi consagrado no Decreto Legislativo Regional n.º4/2000/M, de 31 de janeiro, posteriormente alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º21/2006/M, de 21 de junho.

Nos termos da lei, nomeadamente no artigo 3º, ponto 2, alínea a), do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, o projeto educativo é entendido como “*o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de quatro anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa*”.

O projeto educativo, o plano anual de escola e o regulamento interno constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas. Saliente-se que estes documentos devem não só estar articulados, tendo como foco principal a escola e os seus atores mas também devem também promover a responsabilidade de todos os intervenientes.

É de referir que o projeto educativo de escola é operacionalizado através do plano anual de escola, sendo este definido, no Decreto Legislativo Regional n.º21/2006/M, como “*o documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão da escola que define, em função do projeto educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e que procede à identificação dos recursos envolvidos*”(ponto 2, alínea c) artigo 3º).

Por sua vez, o Decreto Legislativo Regional, anteriormente referido, no artigo 3º, ponto 2, alínea b), determina que o regulamento interno “*define o regime de funcionamento da escola, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de gestão intermédia e dos serviços, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar*”.

Assim, é de salientar a importância da elaboração, e consequente articulação, dos documentos inerentes ao regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos da Região Autónoma da Madeira, pois o projeto educativo define a política de ensino/aprendizagem do estabelecimento de ensino, assegura os direitos e deveres da comunidade escolar através do regulamento interno e certifica sua operacionalização através do plano anual de escola.

O Projeto Educativo de Escola (PEE), para o quadriénio 2018/2022, teve como equipa os seguintes elementos: Ana Paula Catanho, vice-presidente do Conselho Executivo e responsável deste órgão pela elaboração do PEE; Arlindo Chá-Chá, docente da disciplina de matemática e Coordenador do projeto educativo de escola; Patrícia Jardim, professora da disciplina de inglês;

Abel Gonçalves e Ricardo Gomes, docentes da disciplina de informática. É de referir que fizeram parte da revisão dos objetivos do PEE, no início do ano letivo 2018/2019, os docentes, Ana Paula Catanho, Patrícia Jardim, Abel Gonçalves, Leonel Soarez e António Antunes.

Efetuada o enquadramento legal do projeto educativo de escola, iremos abordar a metodologia utilizada para a realização do mesmo.

Metodologia

No que respeita à elaboração do PEE, para o próximo quadriénio, é de referir que o mesmo baseou-se, essencialmente, em dois documentos, no relatório da autoavaliação da escola, realizado no ano letivo de 2016/2017, e no projeto educativo do quadriénio anterior. Além disso, foram aplicados diferentes inquéritos, atendendo às especificidades dos inquiridos: pessoal docente, pessoal não docente, alunos e encarregados de educação. Nestes inquéritos foi solicitado não só uma avaliação dos objetivos contemplados no PEE referente ao quadriénio 2014-2018, mas também sugestões para a elaboração do próximo documento. Assim, dos 79 docentes inquiridos, foram entregues 71 inquéritos, e dos 44 elementos do pessoal não docente que foram questionados, rececionamos 32 inquéritos. Relativamente aos alunos e aos encarregados de educação foi selecionada uma amostra, ou seja, foram inquiridos os delegados e sub-delegados de turma, e o representante e o suplente de representante dos pais. Esta amostra contemplou todos os níveis de ensino e todas as turmas, perfazendo uma amostra de 54 elementos, por cada grupo. Do grupo de discentes, foram rececionados 48 inquéritos, enquanto da amostragem dos encarregados de educação, ficaram confirmados 39 questionários.

Quanto ao relatório de autoavaliação da escola, é de mencionar que este documento abarcava informação recente sobre os diversos eixos (recursos, processos e resultados), o que permitiu verificar os aspetos positivos e as fragilidades e consequentemente procurar estratégias para uma melhoria do seu funcionamento.

Relativamente ao projeto educativo do quadriénio anterior, foi efetuada, no ano letivo 2016/2017, uma avaliação intermédia ao mesmo, dando uma visão dos objetivos e das metas que foram ou não atingidos. Contudo, temos de ressaltar que existem objetivos e metas que apesar de terem sido atingidos continuam a ser prioridades do projeto educativo de escola, nomeadamente, o sucesso educativo, a participação dos encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos e o respeito entre os diversos atores da comunidade educativa, porquanto são fundamentais no ensino/aprendizagem e no desenvolvimento do Ser Humano.

Ainda relacionado com a elaboração do PEE, e para potenciar a construção participada do mesmo, os departamentos curriculares e os grupos disciplinares reuniram com o intuito de manifestarem as suas opiniões e facultarem sugestões.

A proposta de Projeto Educativo deste estabelecimento de ensino pretende reduzir um conjunto de problemas que existe, e dar resposta aos desafios que possam surgir e que são decorrentes das alterações contextuais da sociedade em que estamos inseridos.

Princípios e valores orientadores do Projeto Educativo de Escola

Cada escola constrói a Visão, a Missão e os Valores caminhando na construção da sua própria identidade. Contudo, para que a mesma se efetive deverá existir um ambiente escolar favorável ao ensino e à aprendizagem com a colaboração, participação e apoio do pessoal docente, do pessoal não docente, dos pais e encarregados de educação, da autarquia, bem como de outros parceiros, como por exemplo, empresas e instituições.

O nosso estabelecimento de ensino ambiciona prestar à comunidade, em geral, um serviço educativo de excelência, pautando-se pelo humanismo e por valores e princípios que auxiliem os nossos discentes a se tornarem cidadãos sabedores, críticos e capazes de atuar como agentes de mudança. Assim, regemo-nos pelo lema *Saber ser, saber estar e saber fazer- juntos sempre a aprender*, pois a aprendizagem requer uma dialética constante.

A ilustração infra demonstra que a visão, a missão e os valores se encontram interligados, sendo os mesmos apresentados, posteriormente, de forma individual.

Ilustração 1-Visão, Missão e Valores



- **Visão:** Proporcionar um ensino de qualidade, formando alunos integralmente, tanto a nível académico e profissional, como também a nível das atitudes e dos valores.

- **Missão:**
 - Atender cada aluno na sua individualidade, criando condições para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e social;
 - Proporcionar uma educação reflexiva e significativa para formar cidadãos autónomos, críticos, possuidores das competências e capacidades necessárias a um bom desempenho pessoal, social e profissional e/ou para o prosseguimento de estudos, numa sociedade em constante mudança.

- **Valores:**
 - **Liberdade**- Expressar de forma autónoma a individualidade, as crenças e opiniões, pautando-se pelo respeito dos direitos humanos, pela equidade e pelo bem comum.
 - **Responsabilidade e integridade** –Promover o autorrespeito e o respeito mútuo agindo assertivamente e responsabilizando-se pelas suas escolhas e atos.
 - **Cidadania e Participação** – Participar de forma ativa e responsável na vida da escola, com base na partilha, no respeito pela diferença e pela valorização da diversidade humana.
 - **Excelência e exigência** – Incentivar e valorizar o brio pessoal e o rigor, tendo consciência da singularidade do indivíduo, incentivando-o à persistência face aos obstáculos.
 - **Equidade** - Asseverar a igualdade de oportunidades, no universo escolar respeitando a diferença e a individualidade.
 - **Curiosidade, reflexão e inovação** - Desenvolver o espírito crítico e criativo, estimulando o desejo de novas descobertas.
 - **Colaboração e cooperação** – Incentivar ao trabalho colaborativo e cooperativo sendo solidário e sensível para com os outros.

Explanados que estão estes três princípios essenciais da identidade do nosso estabelecimento de ensino, não podemos deixar de redigir uma resenha histórica sobre a origem da nossa escola e de dar a conhecer o Hino, composto no ano letivo 2017/2018.

História da Escola

A denominação atribuída à nossa escola advém da pessoa de Maria Lucinda de Sousa Andrade que nasceu no concelho de São Vicente, no dia 10 de março de 1903, e faleceu no Funchal, no dia 12 de outubro de 2000. Foi professora e destacou-se na área do ensino, no concelho de São Vicente, razão pela qual foi homenageada pelo Governo Regional da Madeira com a atribuição do seu nome a este estabelecimento de ensino, designadamente Escola Básica e Secundária Dona Lucinda Andrade.

Lucinda Andrade, na década de 30, rumou a Lisboa para frequentar um curso de Pedagogia no Liceu de Pedro Nunes. Regressou à ilha da Madeira, mais concretamente ao Funchal, onde iniciou a sua carreira docente. Em 1943, retornou à freguesia de São Vicente, dedicando a sua vida ao ensino.

Foi considerada a “mãe” do ensino secundário no concelho de São Vicente, visto que Lucinda Andrade ensinava conteúdos deste nível de ensino. Na sua residência, porque até meados da década de 60, nesta localidade, o ensino era ministrado em regime de ensino particular por professores nas suas residências, chegou a preparar uma divisão para ministrar as suas aulas, onde ensinava diversas disciplinas, designadamente, Inglês, Português, Matemática, Desenho e Físico-Química, sendo a sua área de eleição o Francês. Lucinda Andrade preparava os alunos, os ditos “autopropostos”, para os exames de 2º e 5º ano do Liceu.

A crescente alfabetização da população do Norte da ilha da Madeira, e em especial no concelho de São Vicente, sobretudo a partir da década de 60, deveu-se, em parte, à enérgica ação de Lucinda Andrade, assumindo esta o papel de grande impulsionadora do ensino neste concelho, que a agraciou por seus méritos em 1983 com a sua Medalha Municipal.

Em 1964, aquando da criação do Externato de São Vicente, no sítio das Casas Novas, fez parte do corpo docente inicial desta instituição de ensino vocacionada para o 1º e 2º ciclo do ensino Liceal. Em 1988 deu-se início ao Ensino Preparatório e Secundário oficial na Vila de São Vicente, sendo criada a Escola Preparatória e Secundária de São Vicente que entrou em funcionamento no ano letivo de 1988-1989. Ainda no ano de 1988, por deliberação do Conselho de Governo Regional, atribuiu-se à nova entidade escolar a denominação de Escola Preparatória e Secundária Dona Lucinda Andrade, como forma de homenagear a professora que “dedicou toda a sua vida ao ensino, com espírito de abnegação invulgar e extraordinária competência e zelo.” As novas e atuais instalações deste estabelecimento de ensino foram inauguradas no sítio do Passo, no dia 04 de outubro de 1993. (adaptado, https://pt.wikipedia.org/wiki/Lucinda_Andrade)

Hino da Escola

I

Neste vale encantado
Onde vale a pena viver
Estamos em São Vicente
Com vontade de aprender

II

Aprender a ser alguém
Quando o amanhã chegar
É a Lucinda Andrade
Que nos está a preparar

III

Este é o nosso ideal
É também a nossa história
Desenhada num mural
Como livro de memória

IV

Neste espaço de eventos
De lições e de louvores
Descobrimos novos talentos
Todos somos vencedores

Refrão

Lucinda Andrade
É a nossa escola
Local de ensino
Estudo e vitória
Entre sonhos e magias
Partilhamos alegrias

BIS

Refrão

.....
Autores da letra: Os docentes Orlanda Pereira -
Paula Catanho - Clara Côrte - António Camacho
Música e arranjo musical por António Camacho

Caracterização do meio envolvente

A Escola Básica e Secundária Dona Lucinda Andrade situa-se na freguesia e município de São Vicente. Este localiza-se no norte da Ilha da Madeira, estando subdividido em três freguesias – São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura. O concelho é limitado a leste pelo município de Santana, a sul por Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Ponta do Sol, a oeste por Porto Moniz e a norte pelo oceano Atlântico.

A População Residente do Concelho de São Vicente tem vindo a diminuir ao longo dos anos como se pode observar pela análise do quadro infra.

Tabela 1-População Residente no Concelho de São Vicente, nos anos 2011 e 2016

Anos	População Residente	
	2011	2016
São Vicente	5.661	5.188

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Em 2011, data da aplicação dos Censos, o município tinha 5.661 habitantes, situando-se nos 5.188 indivíduos em 2016.

Tabela 2-Densidade Populacional

Anos	N.º médio de indivíduos por Km ²	
	2011	2016
São Vicente	71,8	65,8

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

A densidade populacional em 2016 era de 65,8 hab/km², uma das mais baixas da Região Autónoma da Madeira, contrariando com o facto de São Vicente ser um dos maiores concelhos.

Tabela 3-Índice de envelhecimento no concelho de São Vicente e no Funchal

Anos	Índice de envelhecimento	
	2011	2016
São Vicente	165,8	226,7
Funchal	100,3	130,9

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

No que concerne ao Índice de Envelhecimento da População, é evidente que o envelhecimento da população vicentina é muito acentuado. Em São Vicente, tal como no Funchal, a percentagem de idosos excede a de jovens, contudo o índice de envelhecimento em São Vicente atinge o valor de 226,7 contra 130,9, no Funchal.

Tabela 4-População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos de 2001 e 2011: Total e por sexo

Anos	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Ilha da Madeira	26.996	16.562	10.371	6296	16.625	10.266
São Vicente	1.239	682	499	284	740	398

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

No que diz respeito à alfabetização da população residente, e tendo por base os Censos de 2001 e de 2011, verificamos que esta sofreu um aumento.

Em conformidade com a tabela, supra apresentada, podemos inferir que diminuiu o número de indivíduos analfabetos, quer do sexo masculino, quer do sexo feminino, no concelho de São Vicente.

Tabela 5-Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário por nível de ensino

	Nível de ensino					
	Ensino Básico-2ºCiclo		Ensino Básico-3ºCiclo		Ensino Secundário	
Anos	2011	2016	2011	2016	2011	2016
Ilha da Madeira	6.897	5.336	10.231	9.633	8.802	8.879
São Vicente	165	108	238	155	206	148

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Quanto ao universo escolar, este também sofreu um decréscimo no número de alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, sendo que em 2016, neste estabelecimento de ensino, estavam matriculados no ensino básico e secundário, no total, 411 discentes.

Caracterização da escola

Ainda relacionado com o universo dos discentes é de salientar que no início do ano escolar 2018/2019, a escola tem 357 alunos e que a faixa etária dos mesmos varia entre os 9 e os 20 anos, visto que o estabelecimento de ensino abarca desde o 2º ciclo até ao ensino secundário. Saliente-se que no presente ano letivo não será ministrado o regime noturno, devido ao número reduzido de inscrições no curso de Educação e Formação de Adultos.

A escola oferece, além do ensino regular, os Percursos Curriculares Alternativos (PCA), no ensino básico – 3º ciclo e no ensino secundário os Cursos Profissionais, designadamente, no 10º ano o Curso de Técnico de Informática – Instalação e Gestão de Redes; no 11º ano o Curso de Rececionista de hotel e no 12º ano o Curso Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos.

Tabela 6-Oferta formativa e n.º de turmas segundo o ciclo de ensino

Ensino básico 2º ciclo	Ensino básico 3º ciclo		Ensino Secundário	
Ensino Regular	Ensino Regular	Percurso Curricular Alternativo	Cursos Científico Humanísticos	Cursos Técnico Profissionais
6	8	1	6	3

Tendo em conta que a escola tem ofertas formativas diversificadas a mesma efetiva protocolos, para a realização da formação em contexto de trabalho, com instituições do concelho e fora deste. Adite-se que estas parcerias dependem dos cursos que estão a ser lecionados. Acrescente-se que, o nosso estabelecimento de ensino também estabelece parceria e/ou protocolo com a Câmara Municipal de São Vicente.

Relativamente aos recursos humanos, podemos afirmar que do universo de 79 docentes, a lecionar no ano letivo 2017/2018, 40 pertencem ao quadro desta escola, o que possibilita alguma estabilidade no pessoal docente. Dos 79 docentes, 60, ou seja, 75,9%, lecionam há 10 anos ou mais anos, o que significa que a sua experiência profissional é significativa. Ao invés, o quadro do pessoal não docente, constituído, atualmente, por 44 profissionais a exercer funções efetivamente, é estável, pois a grande maioria pertence ao quadro de escola, sendo que 3 assistentes operacionais encontram-se no Programa Operação Trabalho (POT).

A finalizar a caracterização da escola, aludimos aos recursos materiais e físicos da mesma. Assim, a nível das instalações, é de referir que existem 15 salas de aulas normais, mas que as mesmas possuem diferentes dimensões, o que condiciona a atribuição de salas às turmas, porquanto há salas que só podem ser atribuídas a turmas com um número reduzido de alunos. Adite-se que existem três salas equipadas com computadores para a lecionação da disciplina de informática; uma sala para a disciplina de educação musical, um laboratório de biologia e um de físico-química. Além disso, existem 3 espaços que são utilizados mediante protocolo (pavilhão, polidesportivo e piscina), sendo estes espaços uma mais-valia para a disciplina de Educação Física, e conseqüentemente para a lecionação das diversas modalidades desportivas.

Quanto ao Parque informático, software e equipamentos multimédia, salientamos, positivamente, o facto de a escola possuir um computador por sala de aula para fins pedagógicos. Além disso, existem videoprojetores em 13 salas de aula e a biblioteca possui computadores para os alunos realizarem não só consultas, mas também trabalhos de pesquisa. Aditamos que, na sala de professores existem 4 computadores, permitindo que os docentes realizem trabalhos e façam impressões, e na sala de diretores de turma existem computadores que possibilitam agilizar as tarefas inerentes ao cargo.

Ainda relacionado com o equipamento é de referir a existência de uma máquina no bar que possibilita o carregamento dos cartões magnéticos, quer por parte dos alunos, quer pelos professores, libertando, parcialmente, os serviços administrativos.

Linhas de atuação

Toda a organização e dinâmica de um estabelecimento de ensino baseia-se na legislação em vigor, bem como na criação de medidas exequíveis que fomentem a equidade e o sucesso. Não podemos deixar de referir que para o ano letivo 2018/2019 está em vigor, nos 5º, 7º e 10º anos de escolaridade, o Decreto Legislativo n.º55/2018, de 6 de julho, o qual estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Matriz Curricular

Com a homologação do Decreto Legislativo n.º55/2018, de 6 de julho, as matrizes curriculares-base sofreram alterações, tendo sido introduzidas as disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento e de Tecnologias da Informação e Comunicação. Adite-se que, no ano letivo 2018/2019, este Decreto-Lei aplica-se apenas aos 5º, 7º e 10º anos de escolaridade.

As tabelas infra apresentam as componentes do currículo dos diversos anos de ensino.

Tabela 7- Matriz curricular e carga horária atribuída ao 2º ciclo

Componentes do currículo	Carga horária semanal (minutos)			Carga horária semanal (minutos)		
	5º ano			6º ano		
	minutos/ área	minutos/ disciplina	tempos de 45 minutos	minutos/ área	minutos/ disciplina	tempos de 45 minutos
	55/218	Atribuído		55/218	Atribuído	
Línguas e Estudos Sociais						
Português	525	225	5	525	225	5
Inglês		135	3		135	3
História e Geografia de Portugal		135	3		135	3
Cidadania e Desenvolvimento		45	1		45	1
	total	540	-15		540	-15
Matemática e Ciências						
Matemática	350	225	5	350	225	5
Ciências Naturais		135	3		135	3
	total	360	-10		360	-10
Educação Artística e Tecnológica						
Educação Visual	325	90	2	325	90	2
Educação Musical		90	2		90	2
Educação Tecnológica		90	2		90	2
Tecnologias da Informação e Comunicação		45	1		45	1
	total	315	10		315	10
Educação Física	150	135	3	150	135	3
			15			15
Educação Moral e Religiosa						
Oferta complementar	45	45				
Apoio ao Estudo	100	90				
Complemento à Educação Artística						
			Diferença			Diferença
TOTAL	1350	1350	0	1350	1350	0

Tabela 8-Matriz curricular e carga horária atribuída ao 3º ciclo

Componentes do currículo	Carga horária semanal (minutos)								
	7º ano			8º ano			9º ano		
	55/2018	minutos atribuídos	tempos de 45 minutos	55/2018	minutos atribuídos	tempos de 45 minutos	55/2018	minutos atribuídos	tempos de 45 minutos
Português	200	225	5	200	225	5	200	225	5
			-25			-25			-25
Inglês	250	90	2	250	135	3	250	135	3
Língua Estrangeira II		135	3		90	2		90	2
Ciências Sociais e Humanas		225	25		225	25		225	25
História	275	135	3	225	90	2	225	90	2
Geografia		90	2		90	2		135	3
Cidadania e Desenvolvimento		45	1		45	1		45	1
		270	5		225	0		270	-45
Matemática	200	225	5	200	225	5	200	225	5
			-25			-25			-25
Ciências Naturais	250	90	2	300	135	3	300	135	3
Físico-Química		135	3		135	3		135	3
Educação Artística e Tecnológica		225	25		270	30		270	30
Educação Visual	175	90	2	175	90	2	175	135	3
Complemento à Educação Artística ET/Ed Mus		45	1		45	1			
Tecnologias da Informação e Comunicação		45	1		45	1			
		180	-5		180	-5		135	40
Educação Física	150	135	3	150	135	3	150	135	3
			15			15			15
Educação Moral e Religiosa									
Oferta Complementar	45	45	1	45	45	1	45	45	1
			Diferença			Diferença			Diferença
TOTAL	1500	1485	15	1500	1485	15	1500	1485	15

Relativamente aos 2º e 3º ciclos a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento constitui-se como uma disciplina autónoma. Por sua vez, a Oferta Complementar, com a atribuição de 45 minutos semanal, destina-se à área de Formação Pessoal e Social, continuando desta forma a ser a oferta complementar disponibilizada pela escola.

Tabela 9 -Matriz curricular a carga horária atribuída ao ensino secundário

Componentes do currículo	Carga horária semanal (minutos)								
	10º ano			11º ano			12º ano		
	55/2018	minutos atribuídos	tempos de 45 minutos	55/2018	minutos atribuídos	tempos de 45 minutos	55/2018	minutos atribuídos	tempos de 45 minutos
Português	180	180	4	180	180	4	200	225	5
			0			0			-25
Língua Estrangeira I, II ou III	150	180	4	150	180	4			
			-30			-30			
Filosofia	150	180	4	150	180	4			
			-30			-30			
Educação Física	150	180	4	150	180	4	150	180	4
			-30			-30			-30
Trienal	250	270	6	250	270	6	270	270	6
			-20			-20			0
Bienal I	270	270	6	270	270	6			
			0			0			
Bienal I" com prática	315	315	7	315	315	7			
			0			0			
Bienal II	270	270	6	270	270	6			
			0			0			
Bienal II" com prática	315	315	7	315	315	7			
			0			0			
Anual I							150	180	4
									-30
Anual II							150	180	4
									-30
Educação Moral e Religiosa									
			Diferença			Diferença			Diferença
TOTAL	1420	1530	-110	1420	1530	-110	920	1035	-115
			Diferença			Diferença			
TOTAL com prática	1510	1620	-110	1510	1620	-110			

Atinente ao ensino secundário, a componente de Cidadania e Desenvolvimento prevista para o décimo ano de escolaridade, quer para os cursos científico-humanísticos, quer para os cursos profissionais, está implementada de acordo com o artigo 15.º, ponto quatro, alínea d), do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, ou seja, será adotada “a abordagem, no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, dos temas e projetos, sob coordenação de um dos professores da turma ou grupo de alunos”.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Em cada ciclo e ano de escolaridade devem ser definidos os domínios a desenvolver no âmbito da estratégia nacional da educação para a cidadania. Assim, todos os níveis de ensino devem abordar os domínios da Educação para a Cidadania constantes no primeiro grupo: Direitos Humanos – civis e políticos, económicos, sociais e culturais e de solidariedade; Igualdade de género; interculturalidade – diversidade cultural e religiosa; Desenvolvimento sustentável; Educação ambiental; Saúde – promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico.

Os 2º e 3º ciclos devem abordar os domínios constantes no segundo grupo: Sexualidade – diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva; Media; Instituições e participação democrática; Literacia financeira e educação para o consumo; Segurança rodoviária; Risco. Acrescente-se que o nono ano de escolaridade e o ensino secundário devem abordar os domínios constantes no terceiro grupo: nomeadamente, Empreendedorismo – nas suas vertentes económica e social; Mundo do trabalho; Segurança, defesa e paz; Bem-estar animal; Voluntariado; Outras – de acordo com as necessidades de educação para a cidadania diagnosticadas pela escola e que se enquadre no conceito de Educação para a Cidadania proposto pelo grupo.

Quanto aos temas e às aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade, estas serão decididas pelos vários Conselhos de Turma de acordo com as especificidades de cada grupo de alunos, devendo ser privilegiado o trabalho de projeto.

Em relação à avaliação das aprendizagens dos alunos, serão tidas em conta as orientações constantes na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Funcionamento/Planeamento

A escola funciona em regime diurno, com dois turnos, sendo que o turno da manhã tem o seu início às 08h05m e o seu término às 13h00m. Por sua vez, o turno da tarde inicia-se às 13h15m e termina às 18h15m. Visto que as atividades curriculares não abarcam um único turno,

os discentes, por vezes, frequentam as aulas no turno oposto. Adite-se que, no turno da manhã se encontram os alunos do 3º ciclo e do ensino secundário, pois estão sujeitos à avaliação externa. Além disso, a colocação dos alunos do 3º ciclo no turno da manhã foi uma das medidas implementadas pela escola para promover o sucesso educativo.

O quadro infra demonstra a percentagem de retenções no 3º ciclo, no último quadriénio.

Tabela 10-Retenções no 3º ciclo nos anos letivos de 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018

Ano letivo	Ciclo	Alunos	Retidos	%
2014/2015	3ºciclo	152	17	11,2
2015/2016	3ºciclo	155	19	12,3%
2016/2017	3ºciclo	156	10	6%
2017/2018	3ºciclo	171	5	2,9%

Além da medida supracitada é facultado a todos os alunos apoio pedagógico: no 2º ciclo o apoio pedagógico acrescido, nas disciplinas de português e de matemática, bem como nas disciplinas onde o sucesso educativo é reduzido; no 3º ciclo a promoção do sucesso escolar, nas disciplinas de português, de matemática e de francês (9º ano) e de inglês (7º e 8 anos) e apoio pedagógico para os alunos do ensino secundário.

Inclusão

As linhas de atuação no sentido de lutar pela inclusão, quer a nível académico, quer a nível social, patenteia-se em diversas medidas:

1. Educação Especial – a colocação de docentes da educação especial visa dar um apoio mais personalizado e de forma direta ou indireta aos discentes com o objetivo de alcançarem o sucesso.
2. Tutoria – por recomendação dos Conselhos de Turma, e com parecer positivo do Conselho Pedagógico, o Conselho Executivo nomeia docentes para a realização de tutorias. O plano de Tutoria visa o acompanhamento dos alunos que apresentem características como: falta de apoio/orientação familiar no processo ensino/aprendizagem; problemas familiares que influenciem o desenvolvimento pessoal e académico; problemas pessoais que influenciam o desempenho académico e o desenvolvimento pessoal do aluno (ex: morte de familiares, problemas de saúde, etc.); dificuldades de integração e relacionamento a nível do grupo turma e/ou com o grupo de pares (de forma continuada);

risco de abandono escolar (por falta de acompanhamento parental); lacunas graves da formação de valores que inviabilizam o *saber ser* e *saber estar*.

O trabalho do professor tutor visa o acompanhamento dos alunos no seu desempenho escolar, zelando pelos interesses escolares e promovendo a integração no seio da comunidade educativa; a elaboração e o desenvolvimento de planos de atuação, promovendo estratégias e metodologias ativas; a colaboração com o diretor de turma nas atividades desenvolvidas pelos docentes da turma e pelos formadores; a colaboração ativa com o serviço de Psicologia e Orientação da escola, bem como com o serviço de Educação Especial; apoio aos alunos na superação das suas dificuldades; promover, no âmbito das suas competências, a articulação curricular das disciplinas, programas de ensino e de formação; o exercício, no âmbito das suas competências, da relação escola-família, assim como a elaboração de relatórios periódicos e anuais de acompanhamento que são apresentados ao diretor de turma e ao Conselho Pedagógico.

3. Projeto de promoção do sucesso escolar (*Área de Integração e Sucesso*) - Criação de uma equipa que atue nas áreas em que os alunos tenham carências (Dificuldades na adaptação ao contexto escolar português; Dificuldades de comunicação em língua portuguesa, com efeitos diretos no aproveitamento das seguintes disciplinas: Geografia, História; Décalage no nível de língua estrangeira que os alunos possuem e dos respetivos níveis de escolaridade (inglês e francês); Obstáculos na aceitação e envolvência com o contexto social e educativo com impactos diretos nas relações sociais entre pares.), implicando um trabalho colaborativo com os respetivos conselhos de turma e com o Clubes e Projetos que possam ser uma mais-valia neste processo. Neste âmbito pretende-se criar um espaço "*Área de Integração e Sucesso*" em que seja desenvolvido um trabalho de apoio ao estudo e de promoção da integração dos alunos no contexto escolar.
4. Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) - este serviço divide-se em três grandes áreas de intervenção: o Apoio Psicopedagógico, a Orientação Escolar e Profissional e o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa. O Apoio Psicopedagógico passa pela implementação de ações de avaliação e intervenção que tenham por objetivo o desenvolvimento psicológico e integral do aluno. As atividades daí resultantes poderão incidir nas esferas cognitiva, afetivo-emocional e social. Os alunos são propostos para o SPO por um professor, pelo diretor de turma, pelo próprio aluno, pelo seu encarregado de educação ou pelo órgão de gestão. As atividades realizadas nesta área incidem essencialmente sobre: Avaliação Psicológica e Apoio Psicopedagógico a alunos com problemas emocionais, de controlo do seu comportamento, no relacionamento com os outros, de adaptação à escola, com dificuldades ao nível da aprendizagem;

Avaliação Psicológica e Apoio Psicopedagógico a alunos com necessidades educativas especiais (colaboração com o Serviço de Educação Especial); Atendimento e Apoio a Encarregados de Educação de forma a avaliar o tipo de intervenção que os encarregados de educação fazem em casa às atividades letivas; promover o interesse dos encarregados de educação no acompanhamento do seu educando; incentivar a vinda dos pais/encarregados de educação e a colaboração dos mesmos com a escola; promover o diálogo entre pais/encarregados de educação e filhos/educandos; Atendimento e Apoio a pessoal Docente e não Docente com objetivo de ajudá-los a lidar com os alunos (processo de resolução conjunta de problemas).

Relativamente à Orientação Escolar e Profissional tem por objetivo capacitar o aluno para tomar decisões em termos de carreira, sempre que for necessário. As atividades mais realizadas nesta área são: Programa de Orientação Escolar e Profissional para alunos do 9º ano em grupo; Projeto “*Shadowing* – o dia-a-dia de um profissional” para alunos dos Cursos Científico-Humanísticos; Atendimento individual de alunos de qualquer ano de escolaridade com dúvidas em relação ao seu percurso de carreira.

Quanto ao apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa, este consiste em colaborar no estudo, conceção e planeamento de medidas que visem a melhoria do sistema educativo bem como nos projetos da escola, decorrentes do Projeto Educativo ou da iniciativa do SPO, desde que aprovados nos órgãos próprios. Este contributo pode ser efetuado direta ou indiretamente com os professores, através da sugestão de atividades que sirvam o seu enriquecimento ou da elaboração de ações de sensibilização junto dos diferentes destinatários, sejam alunos ou encarregados de educação.

5. Apoio pedagógico - Com o objetivo de promover o sucesso educativo foi implementado, quer no ensino básico, quer no ensino secundário, o apoio pedagógico em diversas disciplinas. Assim, no 2º ciclo do ensino regular foi criado o Apoio ao Estudo, de cariz facultativo, mas de inscrição obrigatória, com o objetivo de permitir que o aluno aprofunde os seus conhecimentos. Ainda neste ciclo de escolaridade existe o apoio pedagógico acrescido nas disciplinas de português e de matemática que pretende dar resposta às necessidades dos alunos que têm um plano de acompanhamento pedagógico e consequentemente dar cumprimento ao estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º21/2013/M. Este apoio funciona às quartas-feiras no turno da tarde, visto ser o único dia em que no turno da tarde não existe componente letiva para os alunos do ensino regular. Cada disciplina tem um bloco de 90 minutos onde os alunos tinham a oportunidade de colocar as suas dúvidas, consolidar os conteúdos lecionados nas aulas e

ultrapassar as suas dificuldades. A nível do 3º ciclo o apoio pedagógico, designado por promoção do sucesso escolar, foi incrementado nas disciplinas de português, matemática e de inglês (7.º e 8.º anos) ou francês (9.º ano).

No que ao apoio do ensino secundário diz respeito, e dando cumprimento ao Despacho n.º288/2016, de 13 de julho, verifica-se que o mesmo foi facultado à disciplina de Português, para todos os anos do ensino secundário regular com o intuito de desenvolver a oralidade e a produção escrita; à disciplina de matemática A, para os alunos dos cursos científico-humanístico das ciências e tecnologias ciências socioeconómicas, para aplicação do programa dessa disciplina, atendendo ao facto de ser bastante extenso, e às dificuldades evidenciadas pelos alunos nesta disciplina; à disciplina de Físico Química para os alunos dos cursos científico-humanístico das ciências e tecnologias do 10º e 11º anos, para apoio e esclarecimento de dúvidas e preparação para os exames nacionais; à disciplina de inglês, nomeadamente, para os alunos do 10º e 11º anos do curso científico-humanístico das línguas e humanidades, com o intuito de desenvolver a oralidade e a produção escrita. Além disso, foi facultado o apoio a outras disciplinas do ensino secundário com o intuito de promover o sucesso escolar.

Aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, publicada no Diário da República n.º 62/2018, Série I de 28 de março, sobre o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, aqui designado de RGPD, veio introduzir um novo regime em matéria de proteção de dados pessoais.

Visto que o RGPD começou a ser aplicado a partir de 25 de maio de 2018, o nosso estabelecimento de ensino fixou as seguintes orientações:

- 1) A afixação no interior da escola, nos lugares de estilo, da relação de alunos por turma, das pautas da avaliação sumativa interna de final de período só estarão fisicamente disponíveis por um curto período de tempo para permitir a sua consulta. Assim:
 - a) A lista de alunos estará afixada durante 8 dias úteis, a contar do dia da afixação;
 - b) A pauta de avaliação sumativa interna ficará publicitada durante 5 dias úteis, a contar com o dia da afixação.
- 2) A publicação da captação de imagem de qualquer atividade dinamizada pelo estabelecimento de ensino implica o consentimento do discente, ou do Encarregado de Educação no caso do mesmo ser menor de idade, mediante a assinatura de uma declaração escrita que indique uma manifestação de vontade livre, informada e inequívoca sobre a finalidade do tratamento dos

dados que lhe digam respeito (artº32º, Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

Todas as situações omissas regem-se pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Áreas de Intervenção

Pontos fortes e fragilidades

A identificação dos pontos fortes e das fragilidades foram recolhidos de diversas fontes, nomeadamente, do relatório de avaliação intermédia do projeto educativo de escola, do relatório da equipa de Autoavaliação, do plano de ação estratégica-2016/2018, dos inquéritos aplicados à comunidade escolar (docentes, pessoal não docente, alunos e encarregados de educação). Adite-se que esta identificação permite delinear um plano de ação e traçar um caminho estratégico, relativamente aos campos onde é necessário intervir.

Tabela 11-Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Número reduzido de alunos por turma; • Boa assiduidade dos alunos; • Oferta educativa diversificada, indo ao encontro das diferentes necessidades dos alunos; • Oferta de atividades de complemento curricular; • Diversidade de atividades extracurriculares; • Boa participação dos alunos nas atividades extracurriculares de âmbito literário, artístico, desportivo, cultural e cívico; • Oferta de diferentes modalidades de apoio educativo e de acompanhamento de alunos; • Adequação das respostas educativas aos alunos com necessidades educativas especiais, com vista à sua plena inclusão e superação das suas dificuldades; • Existência do Serviço de Psicologia e Orientação, tanto na área da orientação vocacional, como no acompanhamento dos alunos e suas famílias; • Existência do projeto de tutoria, prestando apoio/orientação a alunos com diversos tipos de dificuldades; • Controlo dos alunos sujeitos à medida corretiva de ordem de saída da sala de aula, encaminhados para o Gabinete do Aluno; • Os casos de indisciplina são acompanhados pelos respetivos diretores de turma e pelo conselho executivo, com a participação do serviço de psicologia e orientação e o envolvimento dos encarregados de educação, de forma a encontrar a melhor resposta às diferentes situações em apreço; • Aulas dos alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário no turno da manhã; • Horário das aulas de promoção do sucesso escolar junto às aulas da disciplina; • Plano Anual de Atividades motivador das aprendizagens, transversal a todos os ciclos de ensino e devidamente articulado com o currículo; • Taxa de abandono e desistência quase nula no último quadriénio; • A colocação no ensino superior de praticamente todos os alunos que se candidatam; • Respeito entre os diversos agentes educativos; • O Pessoal Não Docente, de um modo geral, é cumpridor, disponível e eficiente; • Dinamização e divulgação de ações de formação destinadas ao pessoal docente e 	<ul style="list-style-type: none"> • Meio socioeconómico, cultural e educativo desfavorável; • Pouca motivação, por parte de um número significativo de alunos, para estudar (num questionário aplicado aos alunos no início do ano letivo 2017/2018 e no item se gostavam de estudar, no 2.º ciclo 23,1% disseram que não, no 3.º ciclo essa percentagem foi de 49,4% e no ensino secundário foi de 31,4%), apresentando falta de hábitos e métodos de estudo (no inquérito supracitado e no que se refere aos hábitos de estudo, no 2.º ciclo a percentagem de alunos que estuda todos os dias é de 46,2%, no 3.º ciclo é de 35,3% e no ensino secundário é de 29,5%); • Pouca frequência dos alunos aos apoios educativos por parte dos alunos no ensino secundário a algumas disciplinas; • Média das provas finais e exames nacionais abaixo das médias nacionais, em algumas disciplinas; • Desfasamento entre avaliação interna e externa; • Ausência de valores de cidadania e regras de conduta de alguns alunos, existindo casos de indisciplina no 2º e 3º ciclos; • Pouco dinamismo por parte da associação de estudantes, em que as suas atividades circunscrevem-se sobretudo à realização da viagem de finalistas; • Falta de acompanhamento e envolvimento de algumas famílias no processo educativo dos seus filhos/educandos; • Pouca participação nas atividades extracurriculares por parte de alguns dos Encarregados de Educação; • Inexistência da associação de pais. • Trabalho colaborativo insuficiente, entre alguns docentes, em particular a nível de grupo disciplinar e de departamento;

<p>não docente;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinamização de ações de sensibilização destinadas a alunos e Encarregados de Educação; • Desenvolvimento de protocolos e de parcerias com algumas instituições e/ou entidades, reforçando-se a integração da escola ao meio e à comunidade; • Boa Interação entre a escola e as instituições locais, as empresas e as pessoas individuais. 	
--	--

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de protocolos/parcerias com entidades de várias índoles; • Valorização da imagem da escola no exterior. • Participação em projetos regionais para o desenvolvimento de diversas competências nos alunos, visando a sua formação integral; • Aproveitamento dos recursos naturais e culturais para a dinamização didática e implementação de projetos • Melhoria da qualificação dos Encarregados de Educação (workshops, UFCD – unidades de formação de curta duração); • Incentivar os professores no âmbito da sua formação contínua e a partilha de práticas pedagógicas; • Partilha de experiências para o desenvolvimento profissional e das boas práticas pedagógicas; • Utilização dos vários meios de comunicação como veículo eficaz de informação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de acompanhamento/responsabilização por parte de alguns pais e encarregados de educação no acompanhamento do processo educativo dos seus educandos • Pouco envolvimento e participação dos encarregados de educação nas atividades culturais promovidas pela escola • Baixo nível cultural da maioria dos alunos e suas famílias • Desvalorização social da escola, como instituição • Parcos recursos financeiros, atendendo à conjuntura económica desfavorável e às políticas de austeridade por parte dos governos • Desmotivação do Pessoal Docente, face às políticas educativas e ao contexto socioeconómico nacional, regional • Programas curriculares extensos e alterações frequentes dos currículos • Sistema de colocação dos professores • Resistência por parte da classe docente, de um modo geral, para implementar novas práticas pedagógicas (abandonar a sua zona de conforto), trabalhar colaborativamente com os seus pares • Diminuição acentuada, nos últimos anos, do número de alunos matriculados, devido à baixa natalidade

Áreas a privilegiar

Pela análise efetuada para a elaboração do PEE, foi verificado que continua a existir alguma falta de aspirações académicas e profissionais, por parte dos alunos. Adite-se que é tarefa da escola consciencializar os alunos, os encarregados de educação, e a comunidade educativa, em geral, que é no meio escolar que se adquirem as ferramentas fulcrais para singrar no futuro e que a escola deverá ser o núcleo agregador de saberes e meios que conduzam ao sucesso. Neste sentido, e de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, capítulo VII, artigo 47º, ponto 1 “*A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afetivo, estético, social e moral dos alunos*”, consideramos as áreas infra como prioridade de intervenção.

- Valorização nos domínios do saber ser, saber estar e saber fazer

- Promover o sucesso educativo, dentro e fora da sala de aula, através de uma escola inclusiva de qualidade
- Promover o desenvolvimento curricular adaptado e uma inclusão social harmoniosa
- Promover a cidadania ativa dos alunos
- Manter/ Melhorar a percentagem atual de alunos que conclui com sucesso o seu percurso escolar

- Articulação de saberes das diversas áreas curriculares

- Realizar iniciativas de articulação transversal entre os diversos ciclos e grupos
- Fomentar o trabalho colaborativo e cooperativo entre os docentes

- Ligação da escola à comunidade local

- Aumentar a participação dos Encarregados de Educação e das famílias na vida escolar dos seus educandos e nas atividades da escola.

Tabela 12- Objetivos e Metas do Projeto Educativo de Escola

Objetivo estratégico: OE1. Promover o sucesso escolar de todos os alunos, através de medidas diferenciadas e de inclusão, garantindo a igualdade de oportunidades e a formação integral dos alunos				
Objetivos operacionais	Metas	Ações	Indicador de Avaliação	Meio de Verificação
OO1.1. Desenvolver processos de articulação interdisciplinares que promovam as diferentes literacias, a autonomia, o pensamento crítico, a comunicação e a participação cívica	<p>M1.1.1. 100% das turmas envolvidas no processo de articulação interdisciplinar</p> <p>M1.1.2. 100% das turmas envolvidos em ações no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento/Educação para a Cidadania</p>	<p>Desenvolver nos Conselhos de Turma e de departamento curricular atividades numa perspetiva de aprendizagem integral e significativa para os alunos</p> <p>Implementar atividades curriculares e extracurriculares que promovam a cidadania, os hábitos de vida saudável, a educação desportiva e artística, a educação/ responsabilidade ambiental e a gestão sustentável de recursos</p> <p>Promover e incentivar a participação social e cultural, promovendo visitas de estudo</p>	<p>Nº de turmas envolvidas</p> <p>Nº de atividades interdisciplinares</p> <p>N.º de professores e/ou disciplinas envolvidas em projetos interdisciplinares</p>	<p>Planificações</p> <p>Plano anual de atividades</p> <p>Ata de grupo</p> <p>Ata de Conselho de turma</p> <p>Relatório de Conselho de turma</p>
OO1.2. Promover a participação dos alunos em projetos/clubes	<p>M1.2.1 Obter 50% dos alunos do 2º ciclo a participar ou a estar envolvidos nos projetos das atividades extracurriculares</p> <p>M1.2.2 Obter 50% dos alunos do 3º ciclo a participar ou a estar envolvidos nos projetos das atividades extracurriculares</p> <p>M1.2.3 Obter 20% dos alunos do secundário a participar ou a estar envolvidos nos projetos das atividades extracurriculares</p>	<p>Potenciar e incentivar a participação dos alunos nas atividades do Plano Anual de Escola e/ou outras iniciativas, com vista ao reforço das suas competências</p>	<p>Percentagem de alunos a participar ou envolvidos nos vários projetos/clubes</p>	<p>Relatório dos projetos/clubes</p> <p>Relação da assiduidade dos alunos nos projetos/clubes</p>

<p>OO1.3. Dinamizar ações de sensibilização em diversas áreas</p>	<p>M1.3.1. Dinamizar por cada ano letivo pelo menos 4 ações de sensibilização destinadas aos alunos</p> <p>M1.3.2. Pelo menos 60% dos alunos do 2º ciclo devem participar em pelo menos uma ação de sensibilização por ano letivo</p> <p>M1.3.3. Pelo menos 50% dos alunos do 3º ciclo devem participar em pelo menos uma ação de sensibilização por ano letivo</p> <p>M1.3.4. Pelo menos 30% dos alunos do secundário devem participar em pelo menos uma ação de sensibilização por ano letivo</p>	<p>Promover ações de sensibilização diversificadas destinadas aos alunos</p> <p>Convidar personalidades da sociedade civil para dinamizarem ações de sensibilização em diversas áreas</p>	<p>N.º de ações de sensibilização dinamizadas</p> <p>Percentagem de alunos da escola que assistiram a sessões de sensibilização</p>	<p>Plano anual de atividades</p> <p>Relatório da comissão de formação da escola</p> <p>Relação dos alunos que assistiram às sessões</p>
<p>OO1.4. Manter/melhorar os níveis de transição ou aprovação dos alunos</p>	<p>M1.4.1. Obter uma taxa de transição/aprovação de, pelo menos, 90% no 2º ciclo de escolaridade</p> <p>M1.4.2. Obter uma taxa de transição/aprovação de, pelo menos, 80% no 3º ciclo de escolaridade</p> <p>M1.4.3. Obter uma taxa de transição/aprovação de, pelo menos, 80% no ensino secundário</p>	<p>Adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem</p> <p>Promover medidas de autoavaliação do processo de ensino-aprendizagem e mecanismos de autorregulação</p> <p>Implementar ações de melhoria para o sucesso, sua monitorização e avaliação</p> <p>Reconhecer o mérito, o esforço pessoal através de feedback e reforço positivo, como incentivo à participação responsável e à melhoria do</p>	<p>Percentagem de alunos que transitam/aprovam por ano de escolaridade</p>	<p>Pautas de avaliação</p> <p>Atas de conselho de turma</p> <p>Observatório interno da escola</p>

		desempenho		
OO1.5. Melhorar os resultados da avaliação externa	<p>M1.5.1. Reduzir o diferencial entre a classificação interna e a classificação externa no ensino básico, no mínimo, de cinco pontos percentuais</p> <p>M1.5.2. Diminuir o diferencial entre a classificação interna e a classificação externa no ensino secundário 5 pontos percentuais</p>	<p>Elaborar provas de avaliação, tendo por base a estrutura e a tipologia das existentes nos exames nacionais;</p> <p>Redefinir os critérios de avaliação dos testes sumativos, em sede de grupo disciplinar e/ ou de departamento curricular, de forma a aproximá-los dos critérios aplicados nos exames nacionais;</p> <p>Facultar apoios nas disciplinas sujeitas à avaliação externa</p>		
OO1.6. Implementar ações de diferenciação pedagógica para os alunos com dificuldades de aprendizagem	M1.6.1. 80% dos planos de acompanhamento implementados, por ciclo de ensino, obterem sucesso	<p>Diagnosticar situações de alunos com dificuldades de aprendizagem e aplicar momentos de aprendizagem diferenciada e individualizada ao longo de cada ano letivo</p> <p>Implementar estratégias de melhoria dos resultados escolares, em colaboração com as estruturas de coordenação pedagógica (conselhos de turma, departamentos, grupos disciplinares, conselho pedagógico) e as estruturas de apoio educativo</p>	Percentagem de alunos sujeitos a planos de acompanhamento que transitaram/aprovaram	<p>Observatório interno da escola</p> <p>Relatório da coordenação de ciclo</p> <p>Atas de conselho de turma</p> <p>PAT - estratégias</p>
OO1.7. Assegurar aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE) condições adequadas ao seu desenvolvimento e	M1.7.1. 90% dos alunos acompanhados pela educação especial apresentarem progressos	Disponibilizar apoio pedagógico aos alunos acompanhados pela educação especial	Percentagem de alunos da educação especial que transitaram/aprovaram/ ou revelaram progressos	<p>Avaliação dos alunos</p> <p>Atas de Conselho de Turma</p> <p>Relatório da Educação</p>

pleno aproveitamento das suas capacidades				Especial
OO1.8. Fomentar apoio pedagógico para colmatar as dificuldades dos alunos	M1.8.1. 70% dos alunos propostos devem frequentar apoio específico em áreas curriculares	<p>Apoio às disciplinas com maior insucesso e apoio às disciplinas sujeitas a exames nacionais</p> <p>Implementar medidas de integração, de apoio e acompanhamento aos alunos provenientes do estrangeiro</p> <p>Avaliar as estratégias de promoção do sucesso escolar implementadas</p>	<p>Percentagem de alunos que usufruíram de apoio e que obtiveram sucesso às respetivas disciplinas</p> <p>Percentagem de alunos que usufruíram do apoio sugerido e que obtiveram sucesso às disciplinas (2º e 3º ciclos)</p> <p>Percentagem de alunos do ensino secundário que progrediram, pelo menos, um nível</p>	<p>Pautas</p> <p>Atas (sínteses)</p> <p>Grelhas de monitorização dos apoios</p> <p>Grelhas de Coordenação de ciclo</p>
OO1.9. Potencializar as ações no âmbito da Tutoria e do SPO	<p>M 1.9.1. 70% dos alunos acompanhados pela tutoria devem apresentar progressos</p> <p>M 1.9.2. 70% dos alunos acompanhados pelo SPO devem apresentar progressos</p>	<p>Realizar ações de sensibilização sobre orientação vocacional</p> <p>Assessorar os alunos com apoio psicopedagógico</p> <p>Continuar a implementar o programa de tutoria para o acompanhamento dos alunos</p>	<p>Percentagem de alunos acompanhados pela tutoria e/ou pelo SPO que revelaram progressos</p>	<p>Relatórios do Projeto Tutoria e/ou do SPO</p> <p>Atas de Conselho de Turma</p>

Objetivo estratégico: OE2. Fomentar o trabalho colaborativo entre docentes				
Objetivos operacionais	Metas	Ações	Indicador de Avaliação	Meio de Verificação
OO2.1. Promover a análise dos resultados obtidos de forma a possibilitar a melhoria dos resultados	<p>M2.1.1. Todos os grupos disciplinares procederem, por período, a uma análise e reflexão dos resultados obtidos pelos alunos na avaliação sumativa interna</p> <p>M2.1.2. Todos os grupos disciplinares, que têm disciplinas sujeitas a exames/provas nacionais e/ou provas de aferição, procederem a uma análise e reflexão dos resultados obtidos na avaliação externa</p>	<p>Fazer uma análise comparativa, no grupo disciplinar, dos resultados obtidos pelas diferentes turmas, por ano/disciplina</p> <p>Analisar, em sede de grupo disciplinar, os resultados dos testes de aferição, dos exames e provas nacionais e de equivalência a frequência</p>	<p>Grupos disciplinares que analisaram os resultados obtidos pelos alunos e em que momentos do ano letivo</p> <p>Grupos disciplinares, em que têm disciplinas sujeitas a exames/provas nacionais e/ou provas de aferição, que analisaram os resultados obtidos pelos alunos na avaliação externa</p>	<p>Balanço/relatório trimestral por grupo disciplinar</p> <p>Atas de grupo</p>
OO2.2. Promover o trabalho colaborativo e o espírito de equipa através da partilha de ideia e de saberes	M2.2.1. Organizar o calendário das reuniões de todos os docentes de forma a contemplar o trabalho conjunto, a partilha de experiências e a interdisciplinaridade (Despacho 87/2008 de 31 de 3 outubro, artº 4, nº1, alínea a)	<p>Promover a partilha de materiais e troca de experiências e práticas educativas, preparação e a realização conjunta de atividades letivas, bem como a avaliação das aprendizagens, que promovam o sucesso escolar</p> <p>Criar plataformas em ambiente web de forma a facilitar a partilha e troca de materiais por grupo disciplinar onde constem: planificações, testes, fichas de trabalho, critérios de avaliação, projetos e atividades desenvolvidos no âmbito de equipas educativas e do plano anual de atividades</p>	Calendário das reuniões	<p>Horários dos docentes</p> <p>Atas</p> <p>Planificações</p>

Objetivo estratégico: OE3. Criar um clima escolar favorável à aprendizagem, de respeito mútuo e de civismo				
Objetivos operacionais	Metas	Ações	Indicador de Avaliação	Meio de Verificação
OO3.1. Reduzir as situações de indisciplina em contexto escolar	<p>M3.1.1. Reduzir o número de ocorrências disciplinares em 10% no período de vigência deste Projeto Educativo</p> <p>M3.1.2. Não haver mais do que 5 Conselhos de Turma de natureza disciplinar por cada ano letivo</p>	<p>Promover ações e iniciativas que incentivem os valores do respeito pela pessoa humana, tolerância, liberdade, solidariedade, entre outros</p> <p>Promover a aprendizagem cooperativa e colaborativa entre os alunos</p> <p>Manter a dinâmica do Gabinete do Aluno de forma a combater os focos de indisciplina</p> <p>Informar os Encarregados de Educação, de forma mais expedita e o mais diligente possível</p>	<p>N.º de alunos encaminhados para o Gabinete do aluno</p> <p>N.º de participações disciplinares</p> <p>N.º de Conselhos de Turma de natureza disciplinar</p> <p>Percentagem de alunos alvo de participações de ocorrência encaminhados para o serviço de psicologia e orientação escolar e/ou para a tutoria</p>	<p>Observatório das Participações de Ocorrências</p> <p>N.º total de Conselhos de Turma de natureza disciplinar</p> <p>Relação dos alunos acompanhados pelo SPO e pelo projeto de “tutoria”</p>
OO3.2. Promover normas consistentes de convivência na sala de aula, com responsabilidade dos alunos, do professor e do conselho de turma do ensino básico	M3.2.1. Definir em todos os conselhos de turma do ensino básico regras de atuação de sala comuns a todas as disciplinas de forma a prevenir situações de indisciplina	Estabelecer e promover de normas consistentes de convivência na sala de aula, com responsabilidade dos alunos, do professor e do conselho de turma	Percentagem de conselhos de turma do ensino básico em que foram definidas regras de sala de aula comuns	<p>Atas dos conselhos de turma</p> <p>Estratégias definidas no plano anual de turma</p>
OO3.3. Promover a participação dos pais e encarregados de educação na resolução de problemas de indisciplina	M3.3.1. 90% dos Encarregados de Educação, em que os seus educandos foram alvo de participação de ocorrência, comparecerem a uma reunião na escola com o Diretor de Turma	Envolver e responsabilizar os encarregados de educação relativamente às situações de indisciplina	Percentagem de Encarregados de Educação, em que o seu educando foi alvo de participação de ocorrência, que compareceu às reuniões com o Diretor de Turma e/ou o Presidente do Conselho Executivo	Registo dos contactos com os Encarregados de Educação em que os filhos foram alvo de medidas disciplinares
OO3.4. Promover o conhecimento sobre o	M3.4.1. No início de cada ano letivo, todos os Diretores de	Divulgar aos alunos e encarregados de educação os principais direitos e deveres	Percentagem de turmas em que foi analisado os direitos e deveres	Sumários

regulamento interno da escola e o estatuto do aluno	turma devem analisar com os alunos os itens essenciais que constam no regulamento interno da escola e no estatuto do aluno no que se refere a direitos e deveres	dos alunos que constam no regulamento interno da escola e no estatuto do aluno	dos alunos	
---	--	--	------------	--

Objetivo estratégico: OE4. Promover e/ou participar em atividades

Objetivos operacionais	Metas	Ações	Indicador de Avaliação	Meio de Verificação
OO4.1. Dinamizar atividades promovendo a interação entre os pares e/ou a comunidade escolar	M4.1.1. Dinamizar no mínimo 3 atividades por ano M4.1.2. Promover, por Departamento Curricular, no mínimo, 3 atividades por ano	Elaborar um Plano Anual de atividades	Número de atividades incrementadas pela escola	Balço/Avaliação do Plano Anual de Atividades Ata de grupo disciplinar
OO4.2. Participar em atividades dinamizadas pela escola e/ou por entidades externas	M4.2.1. Participar no mínimo em dois projetos propostos pela SRE M4.2.2. Representar a escola, no mínimo, em duas atividades promovidas por entidades externas	Participar em projetos/iniciativas propostas pela SRE e/ou por outras entidades	Número de atividades	Balço/Avaliação do Plano Anual de Atividades Ata de grupo disciplinar

Objetivo estratégico: OE5. Criar mecanismos de participação efetiva dos pais e encarregados de educação, garantindo um melhor acompanhamento escolar dos seus educandos				
Objetivos operacionais	Metas	Ações	Indicador de Avaliação	Meio de Verificação
OO5.1. Aumentar o n.º de contactos entre os Diretores de turma e os encarregados de educação	<p>M5.1.1.80% dos encarregados de educação terem pelo menos dois contactos presenciais ao longo do ano letivo</p> <p>M5.1.2.Pelo menos 70% dos Encarregados de Educação comparecerem no início do ano letivo</p>	<p>Estabelecer contactos recíprocos entre o D.T. e os encarregados de educação, utilizando os meios de comunicação disponíveis</p> <p>Continuar a incentivar e insistir junto dos encarregados de educação para a necessidade de acompanharem de perto o percurso escolar dos seus educandos</p>	<p>Percentagem de Encarregados de Educação que compareceram, com o Diretor de Turma, pelo menos duas vezes na escola ao longo do ano letivo</p> <p>Percentagem de Encarregados de Educação que compareceram no início do ano letivo</p> <p>Número de atendimentos presenciais por cada encarregado de educação em cada período</p>	Registos dos contactos com os Encarregados de Educação
OO5.2. Promover a participação dos encarregados de educação nas atividades dinamizadas pela escola	M5.2.1. Pelo menos 50% dos representantes e/ou suplentes dos encarregados de educação e/ou encarregados de educação convidados a participar nas atividades dinamizadas pela escola	<p>Convidar os pais e encarregados de educação para as iniciativas da escola de carácter cultural e/ou lúdico</p> <p>Incentivar os pais e encarregados de educação a dinamizar atividades para os alunos, dando o seu contributo pessoal e profissional</p>	Percentagem de representantes e suplentes dos de encarregados de educação e/ou encarregados de educação convidados presentes nas atividades	Registo de presenças dos encarregados de educação nas atividades dinamizadas pela escola
OO5.3. Dinamizar ações de sensibilização destinadas aos encarregados de educação em função das necessidades/ problemas diagnosticados	M5.3.1. Realizar pelo menos uma ação de sensibilização por ano letivo destinadas aos encarregados de educação	Promover ações de sensibilização para os encarregados de educação	<p>Número de ações de sensibilização por ano letivo</p> <p>Número de encarregados de educação presentes em cada ação de sensibilização</p>	<p>Plano de formação da escola</p> <p>Registo de presenças dos encarregados de educação nas ações de sensibilização</p>

Objetivo estratégico: OE6. Promover e/ou frequentar formação contínua e de desenvolvimento profissional				
Objetivos operacionais	Metas	Ações	Indicador de Avaliação	Meio de Verificação
OO6.1. Ministrar e/ou promover a frequência de ações de formação interna	<p>M6.1.1.Até 2022, a escola deverá oferecer uma média anual de, pelo menos, 25 horas de formação validada ou creditada para o pessoal docente</p> <p>M6.1.2A escola deverá dinamizar pelo menos uma ação de formação por cada ano letivo destinada ao pessoal não docente</p>	<p>Elaborar um Plano de Ações de Formação, articulando-o com o PEE e as necessidades do pessoal docente e pessoal não docente</p> <p>Inventariar as necessidades de formação do pessoal docente e do pessoal não docente</p> <p>Promover ações de formação a nível de escola para os diversos setores e serviços</p>	<p>Número de horas de formação validada ou creditada fomentada pela escola</p> <p>Número de ações de formação dinamizadas pela escola;</p> <p>Áreas em que foi dada formação</p> <p>Número de formandos que participaram em cada ação de formação</p>	Relatório da Comissão de Formação

Objetivo estratégico: OE7. Estabelecer protocolos com instituições/empresas				
Objetivos estratégicos	Metas	Ações	Indicador de Avaliação	Meio de Verificação
OO7.1. Promover parcerias com empresas/ instituições que contribuam para a formação em contexto de trabalho dos alunos	<p>M7.1.1.A escola deverá estabelecer parcerias com empresas/instituições para que seja assegurado o estágio a 100% dos alunos dos diversos cursos</p> <p>M7.2.1.A escola deverá estabelecer, no mínimo, 3 parcerias com entidades públicas e/ou privadas, de forma a agilizar o processo dos estágios</p>	<p>Realizar um levantamento interno do número de alunos estagiários</p> <p>Estabelecer protocolos com as entidades para a realização de estágios</p> <p>Criar uma lista de vagas disponíveis para cada curso</p>	<p>Número de alunos estagiários</p> <p>Número de parcerias estabelecidas</p> <p>Número de vagas nos protocolos estabelecidos</p> <p>Diferencial entre o número de vagas disponíveis e o número de alunos estagiários</p>	Protocolos de estágio

Objetivo estratégico: OE8. Promover um ambiente estimulante				
Objetivos estratégicos	Metas	Ações	Indicador de Avaliação	Meio de Verificação
OO8.1. Equipar as salas de aula com videoprojetores	M.8.1.1. Adquirir videoprojetores para todas as salas de aula	Equipar todas as salas de aula com videoprojetores	Número de salas de aula com videoprojetores	Verificação in loco
OO8.2. Promover um ambiente estimulante a nível das condições físicas	M.8.2.1. Promover a instalação de uma cobertura que proteja os alunos no percurso de acesso à escola M.8.2.2. Promover a instalação de uma cobertura no pátio e a melhoria do estado do piso tornando o espaço de lazer dos alunos mais seguro.	Colocação de cobertura	Existência de cobertura	A cobertura

Avaliação do Projeto Educativo

O Projeto Educativo é um documento que define as grandes linhas orientadoras da ação educativa da escola e, por isso, deve ser monitorizado e avaliado numa perspetiva formativa e autorreguladora, utilizando a informação daí retirada para rever e melhorar a sua eficácia e a sua eficiência estratégica.

A sua avaliação pauta-se pela interligação e articulação entre os documentos estratégicos e orientadores da escola, nomeadamente, o Plano Anual de Escola, o Planos Anual de Atividade, as ações de melhoria, pois contribuem para a concretização das metas e dos objetivos inscritos no PEE.

Em suma a avaliação do PEE basear-se-á no grau de consecução dos objetivos e das metas estabelecidas e deve ficar expressa num relatório final, a ser apresentado ao Conselho Pedagógico e ao Conselho da Comunidade Educativa, fazendo um balanço global dos quatro anos letivos em que esteve em vigência.

Sendo esta avaliação um mecanismo, recorrente e participado, de autorregulação da ação da escola que permite não só aferir a exequibilidade do projeto e os resultados alcançados, como também fomentar a reflexão, o trabalho cooperativo e colaborativo entre os vários elementos da comunidade educativa na delineação de estratégias para que os objetivos e metas sejam atingidos realizar-se-á uma monitorização intermédia do PEE. Para tal, os principais instrumentos de monitorização deste documento, que permitirão compreender de um modo concreto e sistemático se as metas estão a ser ou não atingidas passa pela análise de vários documentos, destacando-se entre eles:

- Observatório dos resultados internos e externos dos alunos;
- Relatórios de autoavaliação da escola;
- Relatórios de projetos e de clubes;
- Observatório das participações de ocorrência;
- Plano anual de escola;
- Plano Anual de Atividades;
- Atas e relatórios de diferentes estruturas;
- Inquéritos que sejam aplicados aos vários elementos da comunidade educativa (alunos, pessoal não docente, encarregados de educação e entidades externas)

Na avaliação intermédia e final do projeto educativo deverá constar uma tabela identificando os objetivos (objetivo estratégico e objetivo operacional) e as metas do PEE para assinalar o grau de execução das mesmas.

A tabela infra exemplifica a organização da avaliação do PEE.

Tabela 13- Exemplo de tabela da avaliação do PEE

OE.1- Promover o sucesso escolar de todos os alunos, através de medidas diferenciadas e de inclusão, garantindo a igualdade de oportunidades e a formação integral dos alunos					
N.º	Meta	Executado			Meio de verificação
		Sim	Não	Em Execução	
OO.1.2 – Promover a participação dos alunos em projetos/ clubes					
1.2	Obter 60% dos alunos da escola a participar ou a estar envolvidos em pelo menos um projeto/ clube				

No que concerne à avaliação quantitativa do PEE, a mesma será efetuada de acordo com o grau de execução dos objetivos:

Tabela 14- Avaliação do PEE

Percentagem de objetivos atingidos	Avaliação Quantitativa	Avaliação Qualitativa
<19%	1	Fraco
20%-49%	2	Insuficiente
50%-69%	3	Suficiente
70%- 89%	4	Bom
90%- 100%	5	Muito Bom

Considerações Finais

Para a elaboração dos objetivos e metas apresentadas neste documento, partimos dos dados recolhidos (inquéritos, relatórios de autoavaliação de escolas, reuniões com os vários elementos da comunidade educativa – alunos, pais, pessoal docente e não docente) e procuramos, no momento da triangulação da informação, encontrar itens comuns focados pelos vários elementos da Comunidade Educativa. Além disso, também tivemos em consideração as competências que os alunos devem desenvolver, pautando-nos, por um lado, pelas disposições legais em vigor, e por outro, pelas características de uma sociedade cada vez mais exigente e complexa. Deste modo, torna-se premente que os cidadãos desenvolvam uma miríade de competências nas diversas literacias (científica, estética, artística, entre outras); nas relações intra e interpessoais; no saber filtrar o manancial de informação disponível na internet; na resolução dos problemas com que se defrontam tanto a nível pessoal como a nível profissional. Desenvolver o espírito crítico dos cidadãos é fundamental para que consigam intervir na grande panóplia de questões da sociedade, como por exemplo, nas questões ambientais, sabendo fundamentar e argumentar os seus pontos de vista. Desta forma, criam-se as condições para que haja uma melhoria do bem-estar pessoal e coletivo, formando uma sociedade cada vez mais justa e igualitária. Adite-se que, o desenvolvimento das diversas competências dos alunos remete para a imperatividade de os docentes questionarem o seu “modus faciendi” e o seu “modus operandi”, no sentido de, não só melhorar o seu desempenho, mas também de criar novas dinâmicas de trabalho colaborativo e novas práticas de ensino.

Aprovação e Divulgação

A aprovação do Projeto Educativo de Escola é efetuada em sede de Conselho da Comunidade Educativa e mediante parecer do Conselho Pedagógico, em conformidade com o artigo 8º, n.º1, alínea b), do Decreto Legislativo Regional n.º4 /2000/M, de 31 de janeiro, posteriormente alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º21/2006/M, de 21 de junho.

A divulgação deste documento será efetuada através dos órgãos acima referidos e enviada, via correio eletrónico, para o pessoal docente e para o pessoal não docente,

bem como inserido na página da escola. Além disso, será colocada uma cópia do PEE na biblioteca da escola para consulta em suporte papel.

Homologação

Assinatura da Coordenadora do Projeto Educativo de Escola

(Ana Paula de Freitas Teixeira Catanho)

Parecer positivo do Conselho Pedagógico a 26/10/2018

Assinatura da Presidente do Conselho Pedagógico

(Ana Margarida Teixeira Magalhães)

Aprovado em reunião do Conselho da Comunidade Educativa a 07/11/2018

Assinatura do Presidente do Conselho da Comunidade Educativa

(José António Moniz)

Bibliografia

Azevedo, Rui. (Coord.). (2011). *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação: Guião de Apoio*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação

Fernandes, José Domingos Teixeira (2015). *Contributos dos coordenadores de departamento curricular e dos delegados de grupo na avaliação de desempenho docente (PDF)*. [S.l.]: Universidade Aberta

«Livro de Registos de Baptismo nº 8207 da Paroquia de São Vicente». ABM Madeira. Consultado em 19 de setembro de 2016

«Faleceu a Professora Lucinda Andrade». *Jornal da Madeira*. 13 de outubro de 2000

Mendonça, Alice. «EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NA MADEIRA». Universidade da Madeira. Consultado em 12 de outubro de 2016

Legislação

Decreto Legislativo Regional n.º4/2000/M, de 31 de janeiro

Decreto Legislativo Regional n.º21/2006/M, de 21 de junho.

Lei n.º 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo, de 14 de outubro

Decreto-Lei n.º54/2018, de 6 de julho

Decreto-Lei n.º55/2018, de 6 de julho